

ENTREVISTA COM DRA. MARIA JOSÉ MARTINELLI CALIXTO

Entrevistadores:

Jeater W. M. C. Santos

jeater@ufmt.br

Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, MT

Sergio Sebastião Negri

sernegri@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, MT

“As cidades, na maioria das vezes, são pensadas e planejadas para atender interesses de agentes econômicos e políticos que representam escalas geográficas mais abrangentes, sem considerar as reais necessidades da população local!”



*Maria José Martinelli Silva Calixto é geógrafa pesquisadora em Geografia Urbana, formada e pós-graduada pela UNESP - Campus de Presidente Prudente, com pós-doutorado na UFRJ e UNESP. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e credenciada no Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia desta Instituição. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe e do Grupo de Pesquisa TERRHA - Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social e autora do livro *Produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS*. Organizou a obra *O espaço urbano em redefinição: uma análise dos entremeios da cidade* e em coautoria também organizou as obras “*Geografia e Produção Regional: Sociedade e Ambiente*”, “*Produção do espaço urbano e regional: leituras de uma cidade média*” e “*Cidade Média e região*”. mjmartinelli@yahoo.com.br*

Como primeira observação, penso ser importante destacar que aqui não há a pretensão de construir um referencial de análise a altura do desafio lançado, haja vista tratar-se de temas complexos e que tem demandado muitos debates, análises e reflexões no âmbito da academia. E, nesse sentido, muito mais do que alcançar certo nível de profundidade teórico-conceitual, o propósito é pontuar alguns elementos para que possamos, dependendo de nosso escopo de interesse, avançar nas pesquisas e nas discussões sobre as questões levantadas.

Terr@Plural – É possível, ainda hoje, distinguir campo e cidade, rural e urbano?

Acredito ser necessário pontuar que não há um único viés ou vertente para se pensar a relação campo-cidade, rural-urbano, mas que há paradigmas e abordagens diversas, o que não deixa de ser muito importante, pois aponta para as várias perspectivas e possibilidades

da pesquisa acadêmica. No caso, me propus a pensar a relação entre esses pares, tomando como viés de análise a perspectiva estabelecida por Henri Lefebvre¹, que destaca que “os termos opostos designam momentos, fases do pensamento, e são indissolivelmente ligados”. Destarte, ainda que distinções possam ser reconhecidas entre campo-cidade, rural-urbano, não é possível apreender essa relação a partir de uma leitura dicotômica, haja vista serem múltiplas as maneiras de articulações que se estabelecem entre esses pares dialéticos. Sobretudo na atualidade, é necessário pensar além das formas materiais, além dos limites territoriais. É necessário considerar os novos conteúdos, os seus sentidos e os novos papéis.

Para Lefebvre, o urbano é uma realidade complexa, em processo de constituição e isso inclui o rural. A despeito da generalização que pode envolver, compreende-se o rural e o urbano como uma condição/modo de vida. Portanto, e nessa perspectiva, há uma condição urbana que não se restringe aos limites da cidade e que atualmente se faz cada vez mais presente. Da mesma forma, elementos do considerado modo de vida rural persistem, não somente em cidades pequenas, mas também nas médias e até mesmo nas metrópoles. Aqui é importante abrir um parêntese para ressaltar que uma coisa é a definição (rural/urbano) estabelecida em lei, ligada a um limite territorial. Outra coisa é o conceito, que extrapola as definições legais ou do termo. Este, por exemplo, só adquire a condição de conceito quando analisado no âmbito de uma teoria.

Por sua vez, quando falamos em campo-cidade, é importante considerar que a divisão técnica e social do trabalho (que tem vivenciado alterações no decorrer do tempo histórico), se reverbera em uma divisão técnica e social do espaço e cria, de certa forma, um conflito dialético entre esse par. Esse conflito dialético inclui, como em todo processo dialético, uma totalidade social. Contudo, essa totalidade é mutilada ou bloqueada pela separação que se projeta territorialmente, ou pela separação que se projeta no nível da forma.

Desse modo, a relação campo-cidade precisa ser pensada considerando que os limites territoriais não abarcam a complexidade que envolve a questão. Portanto, a análise da questão campo-cidade requer a compreensão das relações e articulações que ocorrem entre esses espaços. Sobretudo em áreas de modernização do Centro-Oeste brasileiro, podemos pensar esse par, analiticamente, a partir da presença de um modelo produtivo, calcado em um conteúdo de técnica e ciência, presentes no campo, e que são desenvolvidas na cidade. Essa realidade é reveladora de que a cidade passa a congregar novas funções e atividades também em função das demandas do campo.

Santos e Silveira, no livro *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*², apontam que, por assumirem o papel de suprir as necessidades das atividades agrícolas: “[...] em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional”. (2002, p. 281). Isso é indicador de que a relação campo/cidade não segue uma única via. Ou seja, não é apenas a cidade que impõe uma racionalidade, oferta de informação, conhecimento e comportamentos

1 LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

2 SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da (Orgs.). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2002.

para o campo, mas as demandas do campo, também influenciam e determinam processos na cidade, estreitando a relação entre esse par e revelando que, dialeticamente, não há divergência, e sim uma articulação. Talvez caiba registrar que quando Lefebvre se refere a uma ‘sociedade urbana’, isso não significa a urbanização completa, que transformaria o campo em cidade. O autor se refere a sociedade que nasce da industrialização, e que transforma as relações, fazendo com que o campo se articule ao urbano. Ou seja, o campo não deixa de existir, mas ganha um novo conteúdo, ganha outras particularidades.

Terr@Plural – Quais as diferenças e particularidades entre cidade e urbano?

É importante considerar que essa questão precisa ser pensada a partir relação dialética entre forma-conteúdo, procurando reconhecer um no outro por intermédio das particularidades que lhes são próprias. Ou seja, é importante considerar a relação indissociável entre as formas espaciais e os conteúdos que as definem e para os quais essas formas dão sustentação e deles são também determinação. Nessa perspectiva, na multiplicidade da relação forma/conteúdo e na sua manifestação, devemos apreender o que há de particular e o que se distingue. Milton Santos³ alerta que a forma-conteúdo é resultante da ação e, sendo assim, também influencia a totalidade, estabelecendo-se desse modo uma relação dialética. É também Milton Santos⁴ quem alerta que: “É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantém entre si.” (1985, p.14)

De maneira bem geral, urbano, possui relação com um conteúdo social, portanto, não se restringe, necessariamente, ao plano da cidade e nem nega ou se opõe ao rural. O urbano, como modo de vida, está além da cidade, extrapola a própria cidade, ainda que esta seja parte integrante de sua totalidade.

A concepção de urbano, diz respeito a sociedade em formação (morfologia social) e isso inclui, para Lefebvre, tanto as relações presentes, quanto as relações que ainda se darão. Na obra *A revolução urbana*⁵, Lefebvre alerta que o urbano não se define como realidade acabada, “...”, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora”. Ou seja, no urbano, está colocada a perspectiva da possibilidade, ao tratar-se de uma realidade em construção, tanto em ato quanto em potencial.

Dessa forma, conforme já colocou Sobarzo em *O urbano e o rural em Henri Lefebvre*⁶, superar a ideia, de certa forma arraigada, que vê o urbano como “... aquilo que é diferente do rural ou como sinônimo de cidade [...] ... requer uma grande transformação nas nossas próprias perspectivas analíticas.”

3 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. USP, 1996.

4 SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

5 LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999., p. 28.

6 SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

Por sua vez, cidade diz respeito à morfologia material, a base prático-sensível, como diria Lefebvre. Logo, a dimensão espacial coloca-se como essencial na definição e na construção da conceituação de cidade. Contudo, ainda que esteja ligada a dimensão material, a cidade não é estática, pronta ou acabada. Ou seja, as cidades, como forma espacial, cuja materialidade é clara, não devem ser vistas somente pelo viés fisionômico.

Como não é possível conceber conteúdo sem forma, nem formas espaciais sem os conteúdos nos quais se configuram e dos quais são expressão, há uma estreita relação entre cidade e urbano, haja vista que, para que a vida urbana se dê, não é possível dispensar a chamada base concreta ou prático-sensível, que é produto e condição social.

Terr@Plural – No processo intenso de urbanização em nível mundial, quais são as especificidades do caso brasileiro?

O processo de urbanização no Brasil se constituiu e se constitui de forma bastante plural, em formações socioespaciais⁷ muito diversas, sendo marcado por um entrecruzamento espaço-temporal. O desenvolvimento capitalista no território brasileiro se deu e se dá em áreas ocupadas e urbanizadas diferenciadamente, o que também pressupõe respostas distintas diante do mesmo processo. Há heranças socioespaciais diversas que, conseqüentemente, irão interagir de modo também diversificado, resultando em uma configuração espacial com características singulares. Milton Santos⁸ aponta que “Tais dinâmicas diferentes não são apenas dinâmicas territoriais, mas também dinâmicas políticas, demográficas, culturais e econômicas.” (1993, p. 119).

Em uma brevíssima síntese, podemos dizer que é pensamento recorrente que a urbanização brasileira se deu a partir de um padrão litorâneo e se constitui em instrumento de integração do país à economia capitalista. Embora comece a tornar corpo nos anos 20 e 30 do século XX, esse processo se intensifica no pós Segunda Grande Guerra, quando a indústria passou a comandar a economia nacional, dando maior impulso ao crescimento urbano e ampliando o papel das cidades na divisão técnica e territorial do trabalho, reorientando o processo de urbanização, por meio da articulação do mercado consumidor. Ou seja, o processo de industrialização-urbanização se coloca como importante agente de transformação espacial do país, com forte presença do Estado.

Milton Santos também vai apontar que a urbanização brasileira, depois de ser litorânea, “[...] se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX...” (1993, p. 9). Enquanto nas décadas de 1960 e 1970, se observa o crescimento das regiões Norte e Centro-oeste em função das chamadas frentes pioneiras⁹, o crescimento demográfico, entre 1970 e 1980, se deu de forma mais concentrada, principalmente nas áreas metropolitanas. Esse processo foi marcado pelo aumento do número, do tamanho

7 SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social de Milton Santos como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-99, 1977.

8 SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

9 DAVIDOVICH, Fany. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. *Espaço e Debates*, n. 13, p. 12-29, 1984.

e da importância das metrópoles. Já a década de 1980 foi marcada pela implantação de grandes projetos industriais, com financiamentos externos, impactando as redes urbanas.

A partir das últimas décadas, sobretudo diante da mudança de paradigma que conformou o regime de acumulação flexível, há forte rebatimento na hierarquia urbana, com mudanças nas redes e nos sistemas urbanos, alterando em graus e intensidades diferenciados os papéis das cidades de diferentes porte e importância.

A despeito de descontinuidades no período histórico atual (ligadas, dentre outros, a diferentes características territoriais, maior ou menor interesse dos agentes econômicos e políticos, maior ou menor interesse dos grupos econômicos nacionais e internacionais em investir em diferentes parcelas do território), o desenvolvimento da tecnologia da informação tem ampliado e intensificado a diversidade da urbanização, produzindo novos conteúdos, inter-relações e promovendo o aumento da fluidez.

Dessa forma, a urbanização recente, conformada pela globalização da economia e pelas redes de informação, é marcada pela presença de vetores ligados a investimentos em infraestrutura de energia e transportes, por políticas estratégico-espacial associada a circuitos produtivos mais abrangentes e investimentos na produção imobiliária. Isso caracteriza não apenas um quadro urbano diverso, mas cada vez mais complexo e articulado, tornando mais densas as redes geográficas, que se redefinem inclusive pela escolha locacional das empresas nacionais e internacionais de diferentes setores.

Essa realidade amplia as interações espaciais, com vistas a responder a demandas crescentes de agentes econômicos e interesses políticos que representam escalas geográficas mais abrangentes e, ao mesmo tempo, desencadeia contradições de várias ordens, uma vez que se confrontam com heranças pretéritas, em que as dinâmicas são historicamente mais lentas. Ou seja, há espaços geográficos mais integrados aos circuitos econômicos e de decisão política e outros menos integrados ou ainda em processo de integração.

Fazendo um panorama bem geral, e com base em estudos realizados por diferentes estudiosos, podemos dizer que, sobretudo após meados dos anos 2000, há a retomada de investimentos em infraestrutura de energia e transportes, desencadeando significativas transformações territoriais que impactaram as redes urbanas, inserindo-as em escalas mais amplas, impondo novas dinâmicas sócio-econômica-espaciais.

O crescimento populacional e econômico de algumas cidades de diferentes portes ampliou a intensidade e o conteúdo da dinâmica urbana. A diversificação e mudança da matriz energética, por exemplo, tem sido variável norteadora da redefinição dos papéis urbanos, via construção de hidrelétricas e outros projetos que vêm potencializando novos lugares, novas atividades e impondo a monocultura para produção da chamada 'agroenergia'.

A centralidade interurbana que algumas cidades desempenham manifesta-se na escala da rede urbana brasileira, fazendo com que cidades que já apresentavam destaque regional tenham funções e papéis ampliados, sobretudo os relativos à presença de

atividades comerciais e de serviços como os de saúde e os de ensino superior¹⁰. Esse é o caso de Imperatriz, no contexto regional sul maranhense, de Montes Claros, na porção norte de Minas Gerais, de Dourados, no sul do estado de Mato Grosso do Sul, dentre outras. Essa condição tem levado ao fortalecimento de papéis regionais das cidades médias, muitas vezes em detrimento das atividades comerciais e de serviços presentes nas cidades pequenas. A exemplo das regiões do país onde se consolidou uma política estratégico-espacial associada a circuitos produtivos mais abrangentes e hoje alicerçados, principalmente, no agronegócio (que articula a produção territorial do campo e da cidade, por meio de circuitos econômicos globalizados), significativas transformações fazem com que as cidades passem a assumir novos papéis urbano-regionais, ampliando e aprofundando as contradições.

Se tomarmos como exemplo Dourados, cidade na qual residio e a partir da qual venho desenvolvendo pesquisas, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que possui uma moderna rede material, necessária à fluidez e à integração à economia do país e mundial, apresenta um quadro de profundas contradições socioespaciais. Estas se revelam nas áreas de ocupações consideradas 'irregulares' ou mesmo de favelas¹¹; na 'valorização' imobiliária e conseqüente dificuldade de acesso à terra; na expropriação das famílias camponesas e em conflitos fundiários, sobretudo envolvendo a população indígena e a demarcação de suas terras. Ou seja, as formas de apropriação territorial decorrentes do avanço do agronegócio, de modo geral, acirraram e acirram as disputas e a principal conseqüência, nesse caso, tem sido a expropriação dos povos indígenas de seus territórios étnicos tradicionais.

Nesse sentido, se um conjunto de dinâmicas e transformações reforçam a condição de algumas cidades como principal centro urbano regional (atraindo fluxos, comerciais e de serviços), com a transformação de seus conteúdos e papéis esses centros urbanos (que apresentam condições de atender às exigências impostas pelas novas atividades e demandas) acabaram sendo fortemente impactados.

De forma geral, as cidades que vem sendo pesquisadas pela ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – tem revelado que o crescimento econômico não se dá em consonância com a melhoria na qualidade de vida da população como um todo, e sim vem ampliando as contradições. Esse é o caso de Passo Fundo (RS), Mossoró (RN), Marília (SP), Londrina (PR), Dourados (MS), Marabá (PA), Campina Grande (PB), Chapecó (SC), Uberlândia (MG), Presidente Prudente (SP), São José do Rio Preto (SP), dentre outras. Isso sem contar os investimentos na produção imobiliária que, a exemplo do Programa 'Minha Casa Minha Vida' que, ao promover novos padrões de ocupação da cidade, por meio da alteração no mercado imobiliário, vem transformando as formas de morar, as formas de consumo e as práticas socioespaciais.

Também vale destacar que nosso país ainda vive, no século XXI, o processo de ocupação de seu território e de surgimento de novas cidades. Em alguns estados, como em Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul e em Mato Grosso do Sul, houve a criação

10 Isso se deu, principalmente, a partir dos programas governamentais que têm impulsionado a criação de novas instituições e/ou o aumento dos cursos superiores.

11 Embora algumas dessas áreas já tenham sido removidas, no ano de 2014 foram levantadas na cidade 24 áreas consideradas de ocupação 'irregular' ou favelizadas.

de novos municípios a partir do Censo de 2010, redefinindo a rede urbana e ampliando a urbanização, muitas vezes comandada por cidades não metropolitanas. Nesse sentido, o próprio desenvolvimento da tecnologia da informação no território brasileiro coloca um elemento novo para a leitura da realidade e, por decorrência, da necessidade de novos instrumentos teóricos-metodológicos para sua compreensão. A diversidade, as transformações e as contradições que marcam o território, e caracterizam a urbanização brasileira atual, impõem desafios e, por consequência, ampliam o leque de hipóteses para análise. Daí a importância de estudos empíricos que possam revelar as nuances e os conteúdos do processo de urbanização, marcado por múltiplas temporalidades e múltiplas espacialidades.

Terr@Plural – *Quais seriam os critérios/variáveis mais importantes para a conceituação de metrópoles, cidades médias e cidades pequenas, para além do dado quantitativo relacionado ao número de habitantes?*

É importante reconhecer que, historicamente, foram múltiplos os papéis desempenhados pelas cidades que podem ser vistas, nos diferentes momentos, como expressão e condição de mudanças na divisão técnica e social ou na divisão econômica e social do trabalho, gerando a divisão interurbana do trabalho. Nesse sentido, considerar cidades de diferentes portes ou papéis coloca o desafio de refletir a partir das dimensões espacial e temporal.

Aqui vale referenciar que, partindo da premissa de que as dinâmicas processuais são determinadas pelas relações sociais, a condição de determinada cidade (entendida como construção social, portanto ligada à ideia de movimento e processo) está sujeita a mudanças no decorrer do tempo histórico, ou seja, possui uma duração espaço-temporal.

Há dois aspectos importantes a serem lembrados: um deles ligado ao cuidado em não se adotar uma tipologia que engesse a análise, e outro ligado ao cuidado em se ponderar a possibilidade ou não de adotar variáveis ou critérios comuns.

Dados quantitativos até podem ser tomados como um caminho para a apreensão da qualidade das relações e dinâmicas que dado objeto contém. Mas, é preciso considerar que entre metrópoles, cidades médias e cidades pequenas há diferenças qualitativas e que, atualmente, há novos conteúdos nas diferenças. Daí a importância de estudos que possam analisar e qualificar esses centros urbanos, principalmente em relação a papéis e alcances espaciais ou em relação à questão da gestão do território.

A relação entre tamanho e função da cidade não é mais suficiente para explicar o fato urbano, nem a rede urbana. Da mesma forma, com o advento do meio técnico científico informacional, a questão da hierarquia também passa a ser redimensionada pois, como já destacou Camagni¹², se impõe um conjunto de novas possibilidades a partir de vetores que não são necessariamente hierárquicos, ligados a mundialização da economia e a ampliação das novas tecnologias de informação e comunicação.

12 CAMAGNI, Roberto. *Economia Urbana*. Barcelona: Antoni Bosch, 2005.

Se diante da dimensão das demais, os papéis das cidades pequenas parecem irrelevantes, conforme alertou Endlich (2017)¹³, é preciso reforçar que as metrópoles ou áreas metropolitanas representam apenas uma faceta do processo de urbanização. Ainda que determinadas dinâmicas e processos possam ser muito mais significativos nas metrópoles, as aglomerações menores também são expressão e expressam esse processo. Ou seja, o processo de urbanização também se materializa em cidades médias e pequenas, independente das posições hierárquicas que ocupam nas redes urbanas.

No caso da metrópole, devido a sua complexidade, é possível que a análise se debruce apenas sobre ela, por ser depositária de toda uma realidade econômica, social, política etc. Há um conteúdo conceitual construído e ela contém elementos e determinantes para se compreender o micro e o macro. Já ao considerar as cidades médias e pequenas, é preciso ter claro que a análise comparativa é importante, ainda que não seja suficiente se a comparação se fechar em si. Ou seja, a abordagem comparativa constitui um ponto de partida relevante na análise das cidades médias e pequenas.

Nas metrópoles (que, conforme pontuado, pressupõem um conteúdo conceitual já definido), há uma complexidade inegável. Mas, não podemos negar que essa complexidade também possa ser percebida nos papéis urbanos das cidades médias, que exercem a condição de intermediação urbano-regional. Em alguns casos, as cidades médias, tornam-se estratégicas no âmbito da rede urbana, podendo estabelecer articulações regionais amplas ou mesmo redes de interações espaciais.

Destarte, a tradicional classificação hierárquica precisa ser reavaliada para a compreensão das dinâmicas urbano-regionais. O que nos leva a pensar as cidades médias também considerando a heterarquia urbana¹⁴ e em suas relações/ articulações com escalas mais amplas. Isso porque, o grau de diferenciação entre as cidades se dá pela inserção nos processos econômicos (ou segundo seu grau de participação em redes econômicas globalizadas), mesmo quando considerarmos cidades do mesmo porte. E isso não diz respeito apenas às metrópoles, mas também às cidades médias e pequenas. Se a metrópole mantém a gestão e o comando, o consumo e a produção – embora de forma cada vez mais especializada – realizam-se no território nacional como um todo. A garantia do consumo (que pode ser visto como um elemento de “organização” econômico-espacial) está também na cidade média ou mesmo na cidade pequena.

Diante dessa realidade, as cidades pequenas e médias têm desempenhado papéis diferentes dos desempenhados no passado. A compreensão dos papéis dessas cidades demanda análises de aspectos socioeconômicos, políticos e espaciais, considerando para isso, conforme já nos alertou Sposito¹⁵, as articulações rural-urbano, cidade-natureza, continuidade-descontinuidade; concentração-dispersão, polarização-difusão e cidade-região.

13 ENDLICH, A.M. Cidade pequena. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.) *Glossário de Geografia Humana e Econômica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2017. p.49-56.

14 CATELAN, Márcio José. *Heterarquia urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Ed. UNESP, 2013.

15 SPOSITO, Maria Encarnação B. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: FASE/UFP/ Observatório Comova, 2009.

Sintetizando, podemos dizer que, ainda que a maior parte dos estudos se concentraram nas metrópoles, é preciso considerar que o processo de urbanização não se expressa e nem se explica apenas a partir de dinâmicas que ocorrem nas metrópoles ou em regiões metropolitanas. Considerando que o conteúdo do processo de urbanização brasileira se constitui a partir da pluralidade, coloca-se o desafio e a importância de entender a complexidade dos centros urbanos de diferentes papéis e porte em sua particularidade e não apenas como um complemento aos estudos que abordam a problemática da metrópole¹⁶. Ou seja, não podemos correr o risco de transpor leituras e análises de áreas metropolitanas para tentar entender as cidades médias e pequenas, ainda que sem dúvida o diálogo e a comparação sejam importantes.

Então, para além de critérios e variáveis, é preciso considerar pressupostos importantes para pensarmos essa realidade, chamando, mais uma vez, a atenção para a importância de pesquisas que possam contribuir para a construção de uma melhor qualificação e conceituação desses centros urbanos, e que possam permitir uma compreensão mais acurada dessa realidade.

Terr@Plural – Qual a definição de cidade média? Esse termo teria a força de um conceito?

Quando consideramos as cidades médias, acredito ser importante reforçar que nos anos 1970, sobretudo na elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), por meio de seu 'Programa para Cidades de Porte Médio', mesmo que as chamadas cidades de porte médio¹⁷ tivessem sido alvo de atenção das políticas de planejamento, isso se deu, principalmente, como parte das estratégias e ações voltadas para pensar os problemas de centros maiores ou das metrópoles, posto que àquelas se atribuía o papel de funcionar como local de recebimento dos fluxos migratórios dirigidos a estas. Ou seja, naquele contexto, despertaram interesse em razão de sua funcionalidade frente a metrópole e, com essa preocupação, estabeleceu-se como uma retórica do sistema de planejamento então vigente, a noção de cidade de porte médio, como pontos receptores dos fluxos migratórios em direção às áreas metropolitanas.

Considerando que no processo de urbanização houve certa tensão entre, de um lado, concentração de atividade produtiva e população e, de outro, dispersão, essas cidades foram vistas como tentativa de 'equilíbrio' entre concentração e dispersão (CORRÊA, 2007). É ainda Corrêa (2007) quem assevera que uma das razões para que as investigações se centrassem nas metrópoles – não se construindo, academicamente, uma problemática acerca do tema cidades médias – se encontra no fato de que os grandes centros urbanos

16 CALIXTO, Maria José S. Martinelli. A centralidade regional de uma cidade média no estado de Mato Grosso do Sul: uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. In: OLIVEIRA, Hélio Carlos M. de; CALIXTO, Maria J. S. Martinelli; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). *Cidades Médias e Região*. São Paulo: Ed. UNESP/Cultura Acadêmica, 2017. v. 1, p. 57-100.

17 Para Corrêa (1989), no bojo das ideias de descentralização e da Teoria dos Polos de Desenvolvimento, criou-se no Brasil, na década de 1970, a expressão "cidades de porte médio", visando a um desenvolvimento equilibrado socioespacialmente, aí se incluindo a rede urbana como tema de interesse do planejamento.

apresentavam significativa complexidade funcional, social, econômica e espacial, o que tornava mais expressivos os seus problemas e, por consequência, o interesse em estudá-los.

Sendo assim, apesar dos vários e importantes estudos¹⁸ que foram e vem sendo realizados - no Brasil, seja no âmbito da ReCiMe ou mesmo em Santos (1978, 1981); Soares (1999); Amorim e Serra (2001); Sposito (2001 e outros); Andrade e Serra (2001), dentre outros - ainda se caminha na direção da construção de um conceito ou em direção à busca de uma densidade teórico-conceitual. No âmbito da ReCiMe tem se implementado esforços no sentido de superar o adjetivo 'média', haja vista a expressão apresentar certo grau de generalização, não sendo suficiente para denominar as cidades que também apresentam certa pluralidade de papéis. Também é importante referenciar, conforme já colocou Silveira (1999)¹⁹, que as cidades médias não são objeto de pesquisa em si, mas que devem ser analisadas em suas articulações e interações espaciais com o conjunto da rede urbana, tentando apreender seu papel de intermediação.

Isso traz à tona uma relação que precisa ser considerada, não apenas a partir das dimensões espacial e temporal, mas também a partir da perspectiva, que vou chamar aqui, da diversidade e complementaridade. Ou seja, para compreender as dinâmicas urbanas e regionais, é impossível falar das cidades médias sem considerar as interações espaciais estabelecidas com as cidades de mesma, de maior ou de menor importância, como é o caso das cidades pequenas de uma rede urbana, com as quais é possível observar relações de diversidade, mas que se traduzem dialeticamente em complementaridade. A própria fluidez do território tende a produzir maior articulação da rede urbana e, por decorrência, a diferenciação e a complementaridade entre os centros que a compõe. E aqui há dois elementos importantes de destacar - a posição no âmbito da rede urbana e a situação geográfica nas relações desempenhadas pela cidade, considerando a distância entre ela e os centros de maior nível hierárquico.

No caso de Dourados²⁰, cidade que moro e, a partir da qual venho desenvolvendo pesquisas e reflexões, a sua situação geográfica (que a notabiliza como única cidade desse porte demográfico e importância em um raio de mais de 200 km) potencializa seu nível de centralidade interurbana, denotado pela relevância de seu papel no setor comercial e, sobretudo, no de serviços. Ao concentrar fluxos provenientes de mais de 30 municípios de diferentes tamanhos, muitos deles com papéis e funções urbanas pouco complexas, Dourados acaba reforçando o seu papel na rede urbana regional.

Há também outro aspecto de ordem mais geral, mas que avalio importante ao se discutir o tema das cidades médias. Não se trata de estabelecer patamares a partir dos quais se estuda as cidades ou mesmo o processo de urbanização; a perspectiva adotada está ligada aos papéis, sobretudo de intermediação entre as pequenas e as grandes cidades.

18 Também podemos citar Brunet (1997), na França, Llop (1999), na Espanha, dentre outros.

19 SILVEIRA, Maria L. Ciudades intermedias. Trabajo global, trabajo local. In: VELÁZQUEZ, G. A.; GARCIA, M.C. (Orgs.). **Calidad de vida urbana**: aportes para su estudio en Latinoamérica. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999. p. 47-54.

20 Dourados localiza-se ao sul de Mato Grosso do Sul e, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), destaca-se como a segunda cidade mais populosa do estado (196.068 habitantes).

Portanto, a questão a ser considerada vai muito além de patamares ou do porte demográfico. Até pelo fato de que podemos reconhecer, em função do tamanho demográfico, cidades de porte médio, mas não podemos dizer, conforme nos alerta Sposito (2017)²¹, que toda cidade de porte médio é uma cidade média. Com isso estou reforçando que nem toda cidade de porte demográfico médio apresenta situação geográfica que possibilita o desempenho de funções regionais ou intermediárias. É ainda Sposito (2017, p. 44) quem adverte que para distinguir cidades médias de cidades de porte médio é necessário: “... avaliar a intensidade das relações que se estabelecem entre territórios e redes, considerando que as cidades médias, aquelas que são assim consideradas não apenas por seus tamanhos demográficos, mas pelos papéis intermediários que desempenham na rede urbana.”

Da mesma forma, a referida autora, alerta que essas cidades não podem ser apreendidas senão em conjunto. Destacando que, sobretudo em um país com nítida diversidade regional, por vezes centros urbanos que em função do aporte populacional poderiam ser considerados pequenos, podem exercer funções e papéis importantes na intermediação entre centros urbanos de variada importância. Esse é o caso, por exemplo, de alguns centros urbanos na região Norte do país. Ou seja, uma cidade considerada pequena a partir da dimensão demográfica pode não ser funcionalmente pequena. Isso reforça a importância de estudos/pesquisas que busquem ampliar o escopo analítico, apontando novas dimensões às abordagens já realizadas sobre as cidades médias e revelando, não apenas a diversidade da urbanização brasileira, mas os papéis significativos que essas cidades têm assumido atualmente.

Terr@Plural – Existe a possibilidade de conciliar o processo de urbanização com o chamado “Desenvolvimento Sustentável”? Ou essa terminologia se resumiria a um mero discurso político/ideológico, uma metáfora sob a hegemonia do sistema vigente?

A questão nos convida e nos desafia a pensar a realidade a partir de diferentes escalas. O desafio se torna ainda maior, sobretudo em um contexto em que o rumo que as coisas tomam parece sinalizar para a ausência de perspectivas, pressupondo a reconstrução de nossa própria capacidade de acreditar em outras possibilidades.

A despeito do reducionismo que pode envolver, vou me permitir tocar em vários pontos (alguns já tratados de forma bem mais apropriada e aprofundada por diferentes estudiosos), não com a pretensão de apresentar respostas, mas objetivando recolocar elementos para refletirmos. Pensar o processo de urbanização, sobretudo na perspectiva da sustentabilidade, significa pensar em um processo complexo e que coloca muitas dúvidas e angústias a medida que nos obriga a rever os nossos próprios paradigmas interpretativos e a nossa própria *práxis*. Novos papéis urbanos, novas representações de natureza, novos signos, novos valores nos impõem questionamentos. Algumas questões se colocam: Qual a ideia de natureza possível ou viável para o modelo de cidade que temos hoje? Qual a

21 SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.) *Glossário de Geografia Humana e Econômica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2017. p. 39-47.

ideia de ‘desenvolvimento sustentável’ possível diante do modelo econômico-produtivo vigente? Que cidade queremos e em que direção poderemos avançar?

Marx (1974) na sua obra *Para a crítica da economia política*²², já apontava que toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no seio de determinada formação social e por meio dela. E, nessa perspectiva, Rodrigues (1998)²³ vai apontar que a aceleração dos processos da natureza pelo uso da tecnologia acirra o descompasso entre o tempo da natureza e o tempo social, haja vista que a dimensão espaço-temporal da natureza não está em sintonia com a dimensão espaço-temporal da produção. Esse descompasso vai se revelar na forma dos denominados problemas ambientais. E essa relação desigual, conforme também nos alertou Rodrigues (1998), não pode ser desconsiderada se quisermos compreender os reais significados da problemática ambiental atual e o próprio discurso da sustentabilidade.

O processo de urbanização reduz o natural ao construído, aprofundando as contradições entre o social e o ambiental, deixando claro que as medidas e parâmetros de progresso, de crescimento, de desenvolvimento, precisam ser repensados, pois contém em si sua própria negação. Contraditoriamente, convivemos com um ideário de sustentabilidade que é negado nas ações concretas, negado pelo modelo produtivo vigente, negado pelo “modo industrial de produzir”, negado nas formas de uso do solo urbano, embora cada vez mais, difundido retoricamente, a nível do discurso. Assim ganha força uma representação de natureza que respalda o discurso da sustentabilidade ou do chamado desenvolvimento sustentável.

Quando pensamos na escala local, se observa que os municípios precisam atrair indústrias, atrair capital, ou seja, devem ser ajustados às necessidades impostas pelos grupos econômicos, desconsiderando-se a realidade ou as necessidades da população local. Dentro dessa lógica, o bom prefeito é o empreendedor pois, conforme apontou Carlos (2004)²⁴ a cidade precisa cumprir sua função econômica, atrair capital, ser reajustada às necessidades de reprodução do capital. Ou seja, as cidades, na maioria das vezes, são pensadas e planejadas para atender interesses de agentes econômicos e políticos que representam escalas geográficas mais abrangentes, sem considerar as necessidades locais. E, assim, necessidades básicas (saúde, educação, moradia, saneamento) são vistas como secundárias. Milton Santos já dizia que as cidades servem para atender a economia e não a sociedade, ressaltando que uma forma mais igualitária de ocupação do espaço está estritamente ligada à vontade política²⁵.

Me arrisco a dizer que, talvez, um dos caminhos para pautar o chamado ‘desenvolvimento sustentável’ poderia ser pavimentado com o respeito à identidade local, à vocação ou à singularidade sócio-econômica-cultural do município. E nesse sentido, não cabe ao poder público apenas oferecer incentivos fiscais e creditícios à atuação dos grupos

22 MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Victor Civita, 1978. (Os Pensadores. Manuscritos econômicos e filosóficos, 7).

23 RODRIGUES, Arlete M. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

24 CARLOS, Ana F.A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

25 SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

econômicos, mas assumir a responsabilidade e o compromisso de estabelecer políticas que venham ao encontro das reais necessidades locais. Sustentabilidade precisa estar atrelada a propostas alternativas ao modo de produzir. E aqui eu vou tomar um exemplo presente em vários estados e nos estados da região Centro-Oeste do país, o estabelecimento da indústria sucroalcooleira. A expansão das lavouras de cana-de-açúcar se justifica pela necessidade de formas alternativas de combustível. No entanto essa necessidade está acima dos possíveis problemas ambientais e de saúde gerados, das condições sub-humanas de trabalho, do uso excessivo de agrotóxicos, da exploração da mão de obra indígena etc. Essas questões não foram definidas em função de necessidades locais, ou seja, não fomos nós que decidimos que a cultura da cana é importante para o desenvolvimento de nossa região. Contudo a maioria de nós, embora excluídos das decisões e dos benefícios, vivenciaremos ou seremos incluídos nos possíveis problemas gerados.

Ainda pensando a partir da escala local, talvez caiba perguntar: Como está sendo discutida, de forma geral, a questão ambiental em nossos municípios? Quais os problemas que têm nos afetado? Tem havido uma discussão dos problemas a partir da perspectiva das reais necessidades da população local? Num sentido mais amplo, como pensar no desenvolvimento sustentável, se não se considera o homem como parte da natureza? Ou seja, como pensar na sustentabilidade se parece não ser importante assegurar condições dignas de vida à espécie humana? Como pensar na sustentabilidade se temos cada vez menos direito à saúde, a educação, a moradia, ao lazer, ou mesmo ao trabalho e ao descanso? Se morar, por exemplo, é uma condição necessária à reprodução da vida, como alcançar o desenvolvimento sustentável, se muitos não tem o direito à moradia?

Apenas para considerarmos alguns dados, o Habitat II destacou que cerca de um bilhão de pessoas, no mundo, não têm moradia considerada adequada. Recentemente o Brasil despencou 19 posições no ranking de desigualdade social da ONU, figurando entre os 10 mais desiguais do mundo. Na América Latina, estaria atrás apenas da Colômbia e Honduras.

Foi veiculado pela imprensa que, desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência, 152 novos agrotóxicos já foram aprovados. De acordo com o Greenpeace, seria o ritmo mais acentuado de aprovação destes produtos, desde 2010. Há também informação que, dos produtos que foram liberados, muitos já foram banidos na União Europeia, onde a legislação, para tratar dos defensivos agrícolas, é mais rígida.

Basta atentar para o cenário sociopolítico atual para perceber que vivemos certa imobilidade diante do processo de ameaça aos princípios democráticos e dos direitos do trabalhador. Vivenciamos um processo de descrença nas instituições político-partidárias, de descrença no papel dos sindicatos, de intolerância, de ameaça aos espaços públicos.

Quando as referências se perdem, poderíamos pensar na ausência de perspectivas. Porém, as mesmas dinâmicas que nos aprisionam a essa lógica, que parece nos aniquilar, podem apontar para a possibilidade do novo, pois as contradições também impulsionam a busca de saídas. Milton Santos nos lembrava que a mesma materialidade “... utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano.”

E aqui reforço a perspectiva do espaço vivido de Lefebvre que, por ser multifacetado, também abriga um papel estratégico. Nesse sentido, o atual modelo produtivo, apesar de ser uma tendência hegemônica, também nos desafia a criar contra-tendências com possibilidades de ampliarmos as formas de resistência, participando, ocupando e vivenciando os fóruns de debates locais... Ou seja, o processo de busca de uma nova forma de vivenciar a cidade se faz no cotidiano de cada um de nós, seja nas audiências públicas, no partido político, no sindicato, no movimento de bairro ou na sala de aula. Lefebvre nos alertava que somente os que vivenciam os problemas podem se tornar sujeitos da realização da mudança.

Em um momento em que as decisões são tomadas em escalas maiores do que as diretamente vividas, mas que penetram no ciclo da vida, torna-se essencial o reforço de fóruns de debate local, o reforço do diálogo, o reforço da interlocução. Ou seja, a construção de uma nova experiência, conforme aponta Lefebvre, deve se dar a partir do embate entre as “formas dominantes” e as “formas diferenciadoras”.

Se nas metrópoles os problemas assumem escalas cada vez maiores, complexificando propostas de solução, nas cidades médias e pequenas ainda parece possível desenvolver ação social ou políticas públicas de valorização do meio ambiente. Ainda parece possível desenvolver políticas e ações que possam transcender esse discurso ideológico/político da sustentabilidade.

Para finalizar, gostaria de agradecer aos responsáveis pela elaboração da presente entrevista, bem como pelo Dossiê temático “As Cidades Médias de Hoje e do Futuro” na revista Terr@ Plural, pela oportunidade de recolocar algumas questões sobre a temática e, desse modo, contribuir para ampliar o debate.